

LIMA, Zezé de. Aberta última licitação para novo Fórum. Correio Popular, Campinas, 21 set.2002.

Aberta última licitação para novo Fórum

ZEZÉDE LIMA

Da Agência Anhangüera
zezeli@rac.com.br

A Secretaria de Estado da Justiça e Defesa da Cidadania abre, na próxima semana, processo licitatório para escolher a empresa que realizará a reforma de uma das três galerias existentes na antiga sede do Departamento de Estradas de Rodagem (DER) em Campinas, na saída para Mogi Mirim.

A galeria será reformada para receber os cartórios do Fórum, que em meados do próximo ano deixará o Palácio da Justiça, no Centro, para se instalar na área cedida pelo governo do Estado para a construção da Cidade Judiciária em Campinas.

Os dois prédios principais, antigas sedes do DER, estão em reforma há três meses para receber as 23 varas do Judiciário, 17 já existentes, mais 16 que serão instaladas pelo Tribunal de Justiça do Estado (TJ). A expectativa do diretor do Fórum de Campinas, juiz José Henrique Torres, é que as varas concedidas pelo TJ há dois anos estejam instaladas até o final de 2003.

Segundo a Secretaria, o governador Geraldo Alckmin (PSDB) já assinou portaria autorizando a publicação da licitação no *Diário Oficial do Estado (DOE)*. A Secretaria informou também que, até a próxima semana, a publicação já terá sido publicada, dando seqüência à segunda fase do projeto da Cidade Judiciária.

A terceira fase, sem previsão para início, será a reforma das duas galerias restantes, ambas com três mil metros quadrados cada.

A primeira galeria, com a mesma área total das outras duas, será reformada com recursos da ordem de R\$2 milhões, garantidos por convênio firmado com a Nossa Caixa Nosso Banco. A verba é a contrapartida do banco na parceria com o TJ para a utilização de um espaço dentro do novo Fórum pela instituição financeira.

CONFIRMAÇÃO

O juiz Torres considera que a reforma da galeria viabilizará a transferência do Judiciário. De acordo com ele, não daria para pensar em mudança apenas com os dois prédios principais adaptados, cerca de 11 mil metros quadrados de área construída, contra os cerca de nove mil metros do atual Palácio da Justiça. O ganho em área seria insuficiente para receber as salas dos juízes, de audiência, dois de Júri,arceragem para 100 presos e os cartórios.